Revista Eletrônica ACERVO CIENTÍFICO
ISSN 2595-7899

Práticas contraceptivas em universitárias: comportamentos e barreiras no contexto acadêmico

Contraceptive practices among university students: behaviors and barriers in the academic context

Prácticas anticonceptivas en estudiantes universitarios: comportamientos y barreras en el contexto académico

Luanna Rafaela Moia Batista[1], José Marcos Carvalho Cardoso[1], Raísha Ciane Dias Marinho[1], Layza Freitas Chaves[1], Rayane Rodrigues Reis[2], Cintia Paula da Silva de Lima[1], Adriana Modesto Caxias[1], Luciana Pinto Oliveira[1].

RESUMO

Objetivo: Identificar as práticas contraceptivas adotadas por universitárias e compreender os comportamentos e barreiras enfrentadas no uso desses métodos. **Métodos:** Trata-se de uma pesquisa quantitativa e descritiva, realizada por meio de levantamento e aplicação de questionário online para 305 estudantes de cursos da área da saúde e de demais áreas de uma universidade particular em Belém, Pará, entre novembro de 2024 e fevereiro de 2025. Foram incluídas mulheres matriculadas, com idades entre 18 e 40 anos. A análise dos dados foi conduzida por meio do programa Microsoft Excel e a utilização do software Jamovi (versão 2.6), com aplicação do teste do Qui-quadrado de Pearson (χ^2), considerando nível de significância de 5% ($p < 0,05$). **Resultados:** Entre as participantes, 70,49% relataram uso de algum método contraceptivo, com predominância dos métodos reversíveis; 29,50% não utilizavam nenhum método. As principais barreiras ao uso incluíram falta de informações, medo de efeitos colaterais e dificuldades de acesso. Fatores como condição econômica e conhecimento também influenciaram as práticas contraceptivas. **Conclusão:** Dessa forma, é essencial a importância de fortalecer ações educativas e facilitar o acesso aos métodos nas universidades, promovendo maior autonomia reprodutiva.

Palavras-chave: Comportamento reprodutivo, Contracepção, Saúde reprodutiva.

ABSTRACT

Objective: Identify the contraceptive practices adopted by female university students and understand the behaviors and barriers faced in the use of these methods. **Methods:** This is a quantitative and descriptive study, conducted through a survey and online questionnaire administered to 305 students enrolled in health and other courses at a private university in Belém, Pará, between November 2024 and February 2025. Enrolled women aged between 18 and 40 years were included. Data analysis was conducted using Microsoft Excel and Jamovi software (version 2.6), applying Pearson's chi-square test (χ^2), considering a significance

[1] Universidade da Amazônia (UNAMA), Belém – PA.
[2] Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém – PA.

SUBMETIDO EM: 7/2026 | **ACEITO EM: 8/2026** | **PUBLICADO EM: 9/2026**

level of 5% ($p < 0.05$). **Results:** Among the participants, 70.49% reported using some form of contraception, predominantly reversible methods; 29.50% did not use any method. The main barriers to use included lack of information, fear of side effects, and difficulties in access. Factors such as economic status and knowledge also influenced contraceptive practices. **Conclusion:** Thus, it is essential to strengthen educational actions and facilitate access to methods in universities, promoting greater reproductive autonomy.

Keywords: Reproductive behavior, Contraception, Reproductive health.

RESUMEN

Objetivo: Identificar las prácticas anticonceptivas adoptadas por las universitarias y comprender los comportamientos y las barreras que enfrentan en el uso de estos métodos. **Métodos:** Se trata de una investigación cuantitativa y descriptiva, realizada mediante una encuesta y la aplicación de un cuestionario en línea a 305 estudiantes de cursos del área de la salud y otras áreas de una universidad privada en Belém, Pará, entre noviembre de 2024 y febrero de 2025. Se incluyeron mujeres matriculadas, con edades comprendidas entre los 18 y los 40 años. El análisis de los datos se realizó mediante el programa Microsoft Excel y el uso del software Jamovi (versión 2.6), con la aplicación de la prueba de chi cuadrado de Pearson (χ^2), considerando un nivel de significación del 5 % ($p < 0,05$). **Resultados:** Entre las participantes, el 70,49 % informó el uso de algún método anticonceptivo, con predominio de los métodos reversibles; el 29,50 % no utilizaba ningún método. Las principales barreras para el uso incluían la falta de información, el miedo a los efectos secundarios y las dificultades de acceso. Factores como la situación económica y el conocimiento también influyeron en las prácticas anticonceptivas. **Conclusión:** Por lo tanto, es esencial reforzar las acciones educativas y facilitar el acceso a los métodos en las universidades, promoviendo una mayor autonomía reproductiva.

Palabras clave: Comportamiento reproductivo, Anticoncepción, Salud reproductiva.

INTRODUÇÃO

A saúde sexual e reprodutiva das mulheres é essencial para seus direitos humanos. A anticoncepção, em particular, desempenha um papel crucial na autonomia feminina, permitindo que as mulheres planejem suas famílias e decidam sobre suas vidas reprodutivas. No Brasil, a diversidade de métodos contraceptivos reflete um cenário complexo, onde fatores sociais, culturais e econômicos influenciam as escolhas das mulheres (DINIZ CSG e CABRAL CDS, 2022).

A atenção em saúde sexual e em saúde reprodutiva é uma das áreas de atuação prioritárias da Atenção Primária a Saúde (APS) e necessita ser ofertada, observando-se como princípio o respeito aos direitos sexuais e reprodutivos de cada pessoa, independentemente de sua escolha de vida (BRASIL, 2010).

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Mulheres (PNAISM) vai além do cuidado apenas durante a gravidez e maternidade, reconhecendo que a saúde da mulher não se resume a esses papéis. A política busca ver as mulheres como cidadãs com diversos direitos e garantir um cuidado completo e inclusivo (BRASIL, 2004).

As transformações socioculturais e o crescente protagonismo feminino em espaços acadêmicos e profissionais resultam em maior autonomia e inserção das mulheres. A universidade, enquanto ambiente plural, reúne sujeitos de diferentes origens, culturas e realidades sociais, o que dificulta a definição de um perfil homogêneo entre as estudantes. No entanto, é possível reconhecer entre elas um denominador comum: a busca por conhecimento e desenvolvimento pessoal, frequentemente associada ao desejo de adiar a maternidade ou de evitar a gestação (BARBIAN J, et al., 2021). O aprimoramento dos métodos contraceptivos desempenhou papel decisivo nesse processo, favorecendo a autonomia reprodutiva e a participação ativa da mulher na sociedade (BRANDT GP, et al., 2018).

De modo geral, esses métodos são classificados em reversíveis — como preservativos, dispositivos intrauterinos, métodos hormonais e contracepção de emergência — e definitivos, como a laqueadura, que envolvem procedimentos cirúrgicos e têm caráter permanente (DE JESUS SÁ I, et al., 2022; FREITAS FS E GIOTTO AC, 2018).

O conhecimento acerca do panorama do uso de métodos contraceptivos entre as universitárias configura-se como uma informação importante, visto que cada método possui riscos e efeitos colaterais associados, o que interfere diretamente na qualidade de vida atual e futura de suas usuárias. Compreender o uso contraceptivo de mulheres jovens é fundamental no cenário brasileiro atual, devido a incidência de gestações não planejadas, realização de abortos clandestinos em condições inseguras e alta vulnerabilidade às Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's) entre a população juvenil. (SILVA CDL, DE OLIVEIRA LV e VIANA GA, 2022).

Diante desse cenário, destaca-se a necessidade de estudos sobre contracepção de mulheres que encontram-se no ambiente universitário, identificando os métodos mais adotados e analisando como fatores sociais, culturais e comportamentais influenciam essas escolhas. A compreensão dos elementos que favorecem ou restringem o uso de métodos eficazes, bem como a caracterização do contexto socioeconômico das estudantes, permite identificar vulnerabilidades e padrões de acesso à informação e aos serviços de saúde. A abordagem contribui para o fortalecimento dos direitos sexuais e reprodutivos, ao evidenciar fatores que podem interferir diretamente na trajetória acadêmica, profissional e no bem-estar físico e emocional das universitárias. Dessa forma, o objetivo do presente estudo foi identificar as práticas contraceptivas utilizadas por mulheres universitárias e compreender os comportamentos e barreiras enfrentadas no uso desses métodos.

MÉTODOS

Trata-se de uma análise de abordagem quantitativa e descritiva, realizado por meio de levantamento e aplicação de questionário online. O levantamento foi desenvolvido com mulheres universitárias matriculadas em uma Instituição de Ensino Superior localizada na cidade de Belém, Pará. Participaram 305 estudantes de cursos da área da saúde e de demais áreas do conhecimento.

O estudo foi realizado em uma universidade particular situada no bairro Umarizal, em Belém (PA), no período de novembro de 2024 a fevereiro de 2025. Foram incluídas na pesquisa mulheres regularmente matriculadas na instituição com idade entre 18 e 40 anos, que concordaram em participar da pesquisa mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Foram excluídas da amostra (n=5) as participantes que não concordaram com o TCLE, não completaram integralmente o questionário, ou não forneceram dados demográficos.

A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário estruturado, elaborado na plataforma Google Forms. O instrumento contemplou as seguintes temáticas: perfil sociodemográfico (idade, renda, estado civil, curso de graduação), uso ou não uso de método contraceptivo, tipos de métodos mais utilizados, fatores associados ao uso ou não uso de contraceptivos, benefícios atribuídos ao método utilizado e frequência de uso de contraceptivo de emergência. O link para acesso ao questionário foi disponibilizado por aplicativos de mensagens e redes sociais, de forma a ampliar o alcance da pesquisa. Antes de iniciar o preenchimento, todas as participantes foram informadas quanto aos objetivos do estudo e assinaram o TCLE disponível no formulário online, conforme exigência ética. O tempo estimado para o seu preenchimento foi de aproximadamente 15 minutos.

Os dados coletados foram organizados no programa Microsoft Excel e posteriormente importados para o *software* Jamovi (versão 2.6) para análise estatística. Foram realizadas análises descritivas (frequência absoluta e relativa, média e desvio-padrão) para caracterizar a amostra. Para verificar associações entre variáveis categóricas, aplicou- se o teste do Qui-quadrado de Pearson (χ^2), considerando nível de significância de 5% ($p < 0,05$). Além das análises descritivas e inferenciais bivariadas, realizou- se uma regressão logística multivariada para identificar os fatores independentemente associados ao uso de

métodos contraceptivos entre as participantes. A variável dependente foi o uso atual de contraceptivo (sim/não), e as variáveis independentes incluíram faixa etária, curso, renda familiar, estado civil e uso prévio de contracepção de emergência. Os resultados foram expressos por meio da razão de chances (*Odds Ratio* – OR) com intervalos de confiança de 95%, adotando-se nível de significância de 5% ($p < 0,05$).

Esta pesquisa atendeu às diretrizes éticas estabelecidas pela Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta pesquisas envolvendo seres humanos. O projeto foi submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa da UNAMA e aprovado sob o CAAE: 84167524.2.0000.5173 e Parecer nº 7.187.15.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo foi composto por uma amostra de 305 participantes. A **Tabela 1** apresenta as características sociodemográficas das universitárias entrevistadas na pesquisa. Foram consideradas variáveis como faixa etária, estado civil, renda familiar e área de formação acadêmica, com o objetivo de traçar o perfil das acadêmicas.

Tabela 1 - Características sociodemográficas das universitárias entrevistadas.

Variável	N	%
Faixa Etária (anos)		
21- 30	195	63,93%
18- 20	79	25,91%
31- 47	31	10,16%
Estado Civil		
Em relacionamento (Casada/Namorando/União Estável/Outros)	162	53,11%
Solteira	143	46,88%
Renda		
Até 3 SM	200	65,57%
Acima de 3 SM	105	34,43%
Graduação		
Áreas da Saúde*	235	77,05%
Outras Áreas**	70	22,95%
Total	**305**	**100,00%**

Legenda: *Áreas da Saúde= Enfermagem, Nutrição, Farmácia, Medicina Veterinária, Psicologia, Biomedicina, Fisioterapia, Terapia Ocupacional; **Outras Áreas= Relações Internacionais, Direito, Arquitetura e Urbanismo, Moda, Pedagogia, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Ciências Biológicas, Biologia, Engenharia Civil, Letras, Serviço Social e Outros.
Fonte: Batista LRM, et al., 2026.

Observou-se na **Tabela 1** que 63,93% (n=195) das universitárias tinham entre 21 e 30 anos, 25,91% (n=79) com até 20 anos e, 10,16% (n=31) mulheres acima de 30 anos. Quanto ao estado civil, 53,11% (n=162) das mulheres estavam em um relacionamento (casadas, namorando, em união estável ou outras formas de vínculo afetivo), enquanto 46,88% (n=143) declararam-se solteiras.

Em relação à renda familiar, utilizou-se o valor do salário-mínimo (SM) nacional, R$ 1.412,00, sendo assim, 65,57% (n=200) informaram possuir renda de até três salários-mínimos (SM), e 34,43% (n=105) acima desse valor. Em relação à área de formação, 77,05% (n=235) cursava graduação na área da saúde e 22,95% (n=70) pertenciam a outras áreas.

A média de idade da amostra está relacionada com a média de idade dos universitários brasileiros, que é de 25,7 anos (INEP, 2018). D'Amaral HB, et al. (2015) afirma que esses dois eventos – o início da vida sexual e a entrada na universidade – representam marcos em direção à autonomia e à independência própria da vida adulta. Para Pereira ALF, et al. (2014), os determinantes socioeconômicos influenciam no acesso e na escolha dos métodos contraceptivos. Os resultados demonstraram que as universitárias de menor renda apresentam maior uso de preservativos e são usuárias dos serviços públicos de saúde. Em contrapartida, aquelas com rendimento familiar de três ou mais salários-mínimos, beneficiam-se de serviços conveniados aos planos de saúde e afirmam que utilizam a pílula anticoncepcional como método de contracepção.

Na pesquisa desenvolvida por Martins HKP, et al. (2023), realizada em uma universidade pública do nordeste brasileiro, os cursos de Enfermagem (73,4%) e Biologia (56,8%) apresentaram maior conhecimento adequado sobre contracepção. Por outro lado, Pedagogia (87,5%) e Administração (73%) tiveram os índices mais altos de desconhecimento sobre o uso do preservativo feminino. Esses dados reforçam a importância de ampliar a educação sobre contracepção em cursos fora da área da saúde.

Tabela 2 - Perfil das Universitárias sobre o uso de métodos contraceptivos.

Uso de método contraceptivo	N	%
Sim	215	70,50%
Não	90	29,50%
Total	**305**	**100,00%**

Fonte: Batista LRM, et al., 2026.

Em relação ao uso de métodos contraceptivos das universitárias, 70,49% (n=215) afirmaram que fazem o uso de algum método contraceptivo, enquanto 29,50% (n=90) relataram que não (**Tabela 2**). No Brasil, com base nos dados fornecidos pela Política Nacional de Saúde (PNS) de 2019, aproximadamente 79,4% das mulheres brasileiras em idade reprodutiva (15 a 49 anos) relataram utilizar algum método contraceptivo (BRASIL, 2021). Conforme Okano SH, et al. (2023), a saúde reprodutiva traz consigo muitos significados, como autonomia, segurança e liberdade em suas decisões. Da mesma forma, deve ser respaldada pelos serviços de saúde por meio da oferta de informações e métodos de maneira eficiente e confiável. Considerando sua definição, a saúde sexual deve garantir a habilidade do indivíduo de expressar e viver a sua sexualidade sem riscos.

De acordo com os dados levantados, 98 participantes inicialmente declararam não utilizar nenhum método contraceptivo. No entanto, verificou-se que 8 dessas participantes indicaram erroneamente não fazer uso de qualquer método, quando, na realidade, utilizavam preservativos. Esse achado sugere uma possível lacuna no conhecimento dessas participantes sobre os métodos contraceptivos que utilizam, evidenciando a necessidade de ações educativas para melhorar a compreensão sobre contracepção (**Tabela 2**).

Mesmo com a criação, em 2004, da "Política Nacional de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) - Princípios e Diretrizes", que destaca a saúde da mulher como uma prioridade crucial de cuidado no Brasil (BRASIL, 2004), muitos ainda não têm conhecimento sobre as opções contraceptivas e a saúde sexual e reprodutiva não é discutida em vários serviços de atenção básica do país, apesar das leis em vigor. O aconselhamento e a educação em saúde desenvolvida por profissionais da APS constituem estratégias fundamentais para promover o uso racional de métodos contraceptivos e fortalecer o planejamento reprodutivo entre adolescentes e jovens. Para que essas ações sejam efetivas, os profissionais devem ser capacitados e atualizados, e recomenda-se que as iniciativas se estendam aos espaços mais frequentados por esse público, como escolas e universidades, por meio de ações intersetoriais entre os setores da saúde e da educação (ROJAS LA, et al., 2023; MENDES ES, et al., 2022).

Tabela 3 - Tipos Métodos contraceptivos utilizados pelas universitárias.

Método Contraceptivo	N	%
Não usam nenhum método	90	29,50%
Preservativo	72	23,60%
Pílula anticoncepcional	65	21,31%
Preservativo e método hormonal	35	11,47%
Injeção	19	6,22%
Diu de Cobre	6	1,96%
Laqueadura	4	1,31%
Preservativo e DIU	3	0,98%
Diu Mirena	2	0,65%
Pílula anticoncepcional e DIU	2	0,65%
Diu Kyleena	1	0,32%
Implante Subcutâneo	1	0,32%
Diu de Prata	1	0,32%
Preservativo e Laqueadura	1	0,32%
Pílula anticoncepcional e Laqueadura	1	0,32%
Pílula anticoncepcional e Injeção	1	0,32%
Outros	1	0,32%
Adesivo transdérmico	0	-
Anel Vaginal	0	-
Diu Liletta	0	-
Diu Jaydess	0	-
Total	**305**	**100,00%**

Fonte: Batista LRM, et al., 2026.

Entre as universitárias, 29,50% (n=90) não utilizavam nenhum método. Dentre aquelas que faziam uso de contraceptivo 70,50% (n=215), 23,60% (n=72) usufruem preservativo, seguido pela pílula anticoncepcional 21,31% (n=65). Métodos como adesivos transdérmicos, anel vaginal, Diu Liletta, Diu Jaydess não foram selecionados pelas participantes (**Tabela 3**).

Dados semelhantes aos encontrados nesta pesquisa foram observados no estudo realizado por Mendes ES, et al. (2022), com 315 universitários de uma instituição localizada no município de Bragança, no estado do Pará. Considerando a última relação sexual relatada pelos participantes, 54,5% afirmaram ter utilizado algum método contraceptivo, sendo o preservativo masculino o mais mencionado. Luque FJ, et al. (2021) destaca que a preferência pelo preservativo está relacionada à prevenção de gestação, com a praticidade de uso, baixo custo e, principalmente, a ausência de efeitos colaterais significativos. Além disso, é a forma mais eficaz de prevenção contra IST.

Segundo Brandão ER (2019), no Brasil, embora o uso de preservativos durante o ato sexual tenha crescido, os anticoncepcionais orais e a esterilização feminina continuam sendo os dois métodos mais prevalentes na população. Atualmente, o contraceptivo hormonal oral se constitui como o método mais usado pelas mulheres, e o DIU, o menos utilizado, entre as categorias estudadas. Pode-se inferir ainda que o tipo de método utilizado pela mulher tem relação com sua condição socioeconômica (TRINDADE RE, et al., 2021).

A escolha do método contraceptivo deve considerar as necessidades e particularidades de cada mulher, em razão dos possíveis efeitos colaterais associados ao uso desses métodos. Variáveis como idade, condições fisiológicas, número de filhos, desejo de gestação futura, contexto social e nível socioeconômico são determinantes que precisam ser avaliados para assegurar uma escolha segura e adequada (ALMEIDA APFD e ASSIS MMD, 2017; SOUZA MS, et al., 2022).

O preservativo é o método mais utilizado na primeira relação sexual e nas práticas contraceptivas atuais, entretanto ainda persiste uma parcela considerável de indivíduos que não utilizam nenhum método, destacando lacunas importantes na educação e no acesso a métodos contraceptivos (BUENO LMMR, et al., 2025).

Segundo o estudo conduzido por Felisbino-Mendes MS, et al. (2019), os indivíduos que residiam na região Norte apresentaram maior prevalência de uso consistente de preservativos e idade média de iniciação sexual mais precoce, isso pode estar relacionado à facilidade de uso e acesso ao preservativo em relação aos outros contraceptivos, visto que essa região possui o maior uso dos serviços públicos de saúde para aquisição de preservativos entre a população com maior vulnerabilidade socioeconômica.

Em relação à dupla proteção, a pesquisa de Silva CDL, et al. (2022) afirma que 24,87% das mulheres usam outros métodos contraceptivos associados ao preservativo, e que apesar dos resultados encontrados, a baixa aderência à dupla proteção é alarmante e nos estimula a considerar as razões pelas quais as discentes estão adotando métodos contraceptivos para prevenção de gestação, enquanto negligenciam o risco de contração de IST.

O estudo de Nogueira FJS, et al. (2018), composto por usuários atendidos em um Centro de Testagem e Aconselhamento em Fortaleza/CE revela que os motivos mais referidos de não usar o preservativo são: não gostar, parceiro não aceita e confia no parceiro.

Tabela 4 - Relação entre os motivos associados ao uso e não uso de contraceptivos.

Motivo	Usa método				
	Sim	%	Não	%	Total
Não tenho parceiro	0	-	36	11,81%	36
Receio dos possíveis efeitos colaterais	0	-	33	10,81%	33
Prevenir gravidez; Melhorias Biopsicossociais	26	8,53%	0	-	26
Proteção contra IST's**	26	8,53%	0	-	26
Prevenir gravidez; Proteção contra IST's**; Melhorias Biopsicossociais	25	8,19%	0	-	25
Tratamento de SOP*	25	8,19%	0	-	25
Prevenir gravidez; Proteção contra IST's**	23	7,55%	0	-	23
Prevenir gravidez; Tratamento de SOP	20	6,56%	0	-	20
Prevenir gravidez	19	6,22%	0	-	19
Prevenir gravidez; Melhorias Biopsicossociais; Tratamento de SOP*	19	6,22%	0	-	19
Melhorias Biopsicossociais	16	5,24%	0	-	16
Prevenir gravidez; Proteção contra IST's**; Melhorias Biopsicossociais; Tratamento de SOP*	16	5,24%	0	-	16
Tenho relacionamento homoafetivo	0	-	14	4,59%	14
Motivo religioso	0	-	3	0,98%	3
Desejo gestacional	0	-	1	0,33%	1
Motivo religioso e Desejo gestacional	0	-	1	0,33%	1
Tenho relacionamento homoafetivo e Receio dos possíveis efeitos colaterais	0	-	1	0,33%	1
Tenho relacionamento homoafetivo, Desejo gestacional e Receio dos possíveis efeitos colaterais	0	-	1	0,33%	1
Total	**215**	**70,47%**	**90**	**29,51%**	**305 (100%)**

Legenda: *SOP= Síndrome dos Ovários Policísticos; **IST's= Infecções Sexualmente Transmissíveis.
Fonte: Batista LRM, et al., 2026.

Os motivos mais relatados para o uso, foram prevenir gravidez associada a melhorias biopsicossociais e a proteção contra IST's, ambos representando 8,53% (n=26). Em seguida, 8,19% (n=25) relataram a prevenção da gravidez combinada à proteção contra IST's e melhorias biopsicossociais e 8,19% (n=25) o tratamento da SOP. Entre os que não usavam métodos, os principais motivos foram a ausência de parceiro 11,81% (n=36), receio dos possíveis efeitos colaterais 10,81% (n=33) e relacionamento homoafetivo 4,59% (n=14). O teste do Qui-Quadrado indicou associação altamente significativa entre o motivo relatado e o uso de métodos contraceptivos ($\chi^2 = 305$; gl = 17; $p < 0,001$) (**Tabela 4**).

A análise de regressão logística multivariada evidenciou que estudantes da área da saúde apresentaram o dobro de chances de utilizar métodos contraceptivos em comparação àquelas de outras áreas (OR = 2,00; IC95%: 1,16–3,42; p = 0,012), sugerindo que o maior acesso à informação pode influenciar positivamente a adesão a práticas preventivas. Estar em um relacionamento afetivo também se mostrou um fator preditor significativo (OR = 1,73; IC95%: 1,03–2,89; p = 0,037), reforçando o papel do contexto relacional nas decisões contraceptivas. Além disso, mulheres com histórico de uso da contracepção de emergência apresentaram maior chance de uso de métodos regulares (OR = 2,02; IC95%: 1,21–3,39; p = 0,008), o que pode indicar uma busca por estratégias mais eficazes após exposição a situações de risco.

Por outro lado, as variáveis faixa etária e renda familiar não apresentaram associação estatisticamente significativa com o uso de métodos contraceptivos após o ajuste para os demais fatores. Essa ausência de significância pode refletir a relativa homogeneidade da amostra, predominantemente composta por jovens adultas inseridas no ambiente universitário, onde o acesso à informação tende a mitigar desigualdades mais marcantes em contextos populacionais amplos.

Um levantamento da contracepção de 248 jovens constatou que a principal razão para o não uso de anticoncepção é a ausência de parceiro (11,81%) reforçando que as relações esporádicas influenciam diretamente na escolha do uso ou não uso de contraceptivo. Destaca-se que menos de 3% das mulheres não praticam anticoncepção por não ter obtido recursos necessários para praticar a anticoncepção, na qual sugere que influência de fatores culturais e comportamentais (OLSEN JM, et al., 2018).

Em uma avaliação realizada na pesquisa de Luz ALR, et al. (2021), concluíram que a predominância de efeitos adversos pelo uso prolongado e ininterrupto de contraceptivos orais é alta. E que mesmo seguros podem apresentar riscos pela junção de outros fatores, mas com pequena taxa de ocorrência. Completa-se que os efeitos colaterais mais relatados foram aumento de peso, inchaço, dor de cabeça, enxaqueca, perda da libido, espinhas, cólicas, mal-estar (HAERTEL JC, et al., 2020).

Tabela 5 - Distribuição da frequência de uso de contraceptivos de emergência.

Frequência	N	%
Nunca	117	38,36%
Uma única vez na vida	85	27,86%
Duas vezes na vida dentro de um ano	39	12,78%
Uma vez na vida dentro de um ano	38	12,45%
Três vezes ou mais dentro de um ano	20	6,55%
Não soube informar	6	1,96%
Total	**305**	**100,00%**

Fonte: Batista LRM, et al., 2026.

Em relação à frequência de uso do Contraceptivo de Emergência (CE), 59,68% (n=182) das participantes relataram já ter feito uso do método. Dentre essas, a maioria referiu uso único ao longo da vida 27,86% (n=85), enquanto 38,36% (n=117) nunca utilizaram CE (**Tabela 5**).

Segundo Moraes LP, et al. (2020), 56,1% (n=558) das estudantes afirmaram já ter utilizado a contracepção de emergência e entre essas, 42,9% (n=238) relataram ter usado apenas uma vez e 11,4% (n=63) mais de duas vezes no ano. Esse dado indica que o uso da CE de forma indiscriminada pode ser considerado um marcador de exposição a relações sexuais desprotegidas ou falhas no método habitual. Além disso, reflete discussões como risco de IST's, falta de informação, incentivo e o acesso limitado aos métodos contraceptivos, relevando entraves referente ao planejamento familiar e educação sexual.

O estudo de Barbian J, et al. (2021) evidencia o uso expressivo da CE entre universitárias, revelando lacunas de conhecimento sobre o método e apontando o uso repetido como um fator de vulnerabilidade. O autor corrobora ao associar o início precoce da vida sexual e o uso desse contraceptivo, e reforça a importância de abordar sexualidade e métodos contraceptivos ainda na educação básica e na universidade, configurando como espaços estratégicos para promover educação em saúde, especialmente por meio de ações educativas e uso crítico das mídias sociais.

Dessa maneira, os resultados deste estudo reforçam a necessidade de pensar em políticas públicas e em iniciativas contínuas de educação sexual, capazes de contribuir para o uso mais consciente dos métodos contraceptivos. Assim, evita-se a dependência da CE como solução recorrente e se fortalece a autonomia das universitárias no cuidado com a própria saúde reprodutiva.

Tabela 6 - Conhecimentos sobre os benefícios percebidos conforme o tipo de método contraceptivo utilizado por universitárias.

Benefícios	Categoria Método						
	Hormonal	%	Não hormonal	%	Sem método	%	Total
Biopsicossocial (TPM*, humor, acne)	25	8,20%	6	1,64%	5	1,97%	36
Conforto na relação	30	9,84%	4	0,66%	2	1,31%	33
Controle do ciclo	24	7,87%	3	0,00%	0	1,31%	26
Dupla proteção	18	5,90%	4	0,98%	3	1,31%	26
Melhoria na pele	21	6,89%	3	1,31%	4	0,98%	25
Praticidade	27	8,85%	6	1,64%	5	0,98%	25
Prevenir gravidez	21	6,89%	8	2,62%	1	1,97%	23
Redução da TPM*	29	9,51%	3	0,33%	1	0,98%	20
Redução de cólicas	21	6,89%	5	1,64%	5	1,64%	19
Sem benefício percebido	17	5,57%	1	0,33%	3	0,33%	19
Total	**233**	**76,41%**	**43**	**11,15%**	**29**	**12,78%**	**305 (100%)**

Legenda: *TPM= Tensão Pré-Menstrual.
Fonte: Batista LRM, et al., 2026.

Os dados apresentados na **Tabela 6** indicam que a maioria das universitárias associa benefícios aos métodos contraceptivos hormonais, com destaque para conforto na relação sexual 9,84% (n=30), redução da tensão pré-menstrual 9,51% (n=29) e praticidade 8,85% (n=27). Embora os métodos hormonais tenham sido mais frequentemente relacionados aos benefícios, o teste estatístico indicou ausência de associação significativa entre o tipo de método e os benefícios citados ($\chi^2 = 18,4$; gl = 18; p = 0,428). Esse achado reforça que, apesar da predominância do uso de contraceptivos hormonais, o conhecimento acerca dos seus efeitos não está necessariamente vinculado ao tipo de método, mas possivelmente ao acesso à informação sobre o assunto.

Na análise feita por Ferreira E e Schiessl F (2021) enfatiza- se que os contraceptivos orais, além de evitar a gravidez, proporcionam vantagens como a regulação do ciclo menstrual, interrupção da tensão pré-menstrual, diminuição da dismenorreia, melhora da acne e da oleosidade da pele, redução do fluxo menstrual e da probabilidade de câncer de ovário e endométrio. Salienta-se também a facilidade de acesso ao método no Brasil, disponível em serviços públicos e privados, muitas vezes sem a exigência de receita médica.

Uma pesquisa realizada por Pereto ANV, et al. (2024), com alunas de medicina em uma universidade privada no Oeste do Paraná, revelou que mesmo entre estudantes da saúde, muitos ainda possuem deficiências no entendimento sobre os métodos contraceptivos que empregam. Apesar de a maior parte considerar a importância da educação sexual e da utilização desses métodos, nem sempre estão completamente cientes de seus verdadeiros benefícios e riscos potenciais. O estudo aponta que a desinformação pode resultar em um uso incorreto, prejudicando a eficácia dos contraceptivos e elevando a vulnerabilidade das usuárias.

CONCLUSÃO

O estudo demonstra que a maioria das universitárias fazem uso de métodos contraceptivos, entretanto ainda persistem barreiras significativas que comprometem o acesso, a continuidade e o uso adequado dessas práticas. A ausência de parceiro e o receio de efeitos colaterais são os principais motivos para a não utilização, destacando os fatores individuais, relacionais e comportamentais nas decisões contraceptivas. A frequência de uso da contracepção de emergência entre as participantes sugere falhas na prevenção regular e reforça a necessidade de estratégias mais eficazes de planejamento reprodutivo. Além disso, o reconhecimento dos benefícios associados aos métodos contraceptivos está diretamente relacionado ao acesso a informações de qualidade. Diante disso, deve-se investir em ações educativas em contexto universitário, que promovam o acesso à informação, ampliem a autonomia reprodutiva das mulheres e fortaleçam a articulação entre os setores da saúde e da educação, priorizando as decisões reprodutivas das mulheres e respeitando seus contextos e experiências. Complementa-se, que o estudo é composto por uma amostra de universitárias de uma única instituição privada, o que limita a generalização dos resultados. Recomenda-se que pesquisas futuras ampliem a amostra e utilizem métodos mistos para aprofundar a análise dos fatores que influenciam o comportamento contraceptivo.

AGRADECIMENTOS E FINANCIAMENTO

Agradecemos à Universidade da Amazônia (UNAMA) pelo apoio institucional. Esta pesquisa não contou com financiamento externo.

REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA APFD, ASSIS MMD. Efeitos colaterais e alterações fisiológicas relacionadas ao uso contínuo de anticoncepcionais hormonais orais. Revista Eletrônica Atualiza Saúde, 2017; 5(5): 85-93.
2. BARBIAN J, et al. Anticoncepção de emergência em universitárias: prevalência de uso e falhas no conhecimento. Revista de Saúde Pública, 2021; 55: 74.
3. BRANDÃO ER. Métodos contraceptivos reversíveis de longa duração no Sistema Único de Saúde: o debate sobre a (in)disciplina da mulher. Ciência & Saúde Coletiva, 2019; 24: 875-879.
4. BRANDT GP, et al. Anticoncepcionais hormonais na atualidade: um novo paradigma para o planejamento familiar. Revista Gestão & Saúde, 2018; 18(1): 54-62.
5. BRASIL. Decreto n° 7.234/2010: Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Brasília (DF): Diário Oficial da União, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acessado em: 12 de março de 2025.
6. BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Pesquisa Nacional de Saúde: 2019: ciclos de vida: Brasil / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2021; 139 p. Disponível em: https://www.pns.icict.fiocruz.br/wp-content/uploads/2021/12/liv101846.pdf. Acessado em: 13 de maio de 2025.
7. BRASIL. Ministério da Saúde. Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2009; 306p. (Série G. Estatística e Informação em Saúde).
8. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes. Brasília: Ministério da Saúde, 2004; 82 p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nac_atencao_mulher.pdf. Acessado em: 5 de maio de 2025.
9. BUENO LMMR, et al. O uso de métodos contraceptivos entre universitários da área da saúde e de outras áreas em Paraíso do Tocantins: um artigo original. Caderno Pedagógico, 2025; 22(1): e13491.
10. D'AMARAL HB, et al. As práticas sexuais dos graduandos de enfermagem e a prevenção das doenças sexualmente transmissíveis. Rev enferm UERJ, 2015; 23(4):494-500.

11. DE JESUS SÁ I, et al. Comparativo entre os métodos contraceptivos definitivos disponibilizados pelo sistema único de saúde. Brazilian Journal of Development, 2022; 8(7): 52300-52310.
12. DINIZ CSG, CABRAL CDS. Reproductive health and rights, and public policies in Brazil: revisiting challenges during covid-19 pandemics. Glob Public Health, 2022; 17(11): 3175-3188.
13. FELISBINO-MENDES MS, et al. Comportamento sexual e uso de preservativos na população brasileira: análise da Pesquisa Nacional de Saúde, 2019. Revista Brasileira de Epidemiologia, 2021; 24: e210018.
14. FERREIRA E, SCHIESSL F. Assistência farmacêutica na farmacoterapia de medicamentos anticoncepcionais associado ao tabagismo em uma comunidade do município de Bela Vista do Toldo-SC: um estudo de caso. Revista Renovare, 2021; 1.
15. FREITAS FS, GIOTTO AC. Conhecimento sobre as consequências do uso de anticoncepcional hormonal. Revista de Iniciação Científica e Extensão, 2018; 1(2): 91-95.
16. HAERTEL JC, et al. Saberes e práticas sobre o uso do contraceptivo hormonal oral por mulheres em idade fértil. Journal of Nursing and Health, 2020; 10(1): 1-21.
17. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA. Resumo técnico: Censo da Educação Superior 2016. Brasília, DF: INEP; 2018. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2016.pdf. Acessado em: 4 dez. 2019.
18. LUQUE FJ, et al. Uso de preservativos en jóvenes universitarios y/o terciarios como medida preventiva de infecciones de transmisión sexual. Revista de la Facultad de Medicina de la UNNE, 2021; 41: [sem paginação específica].
19. LUZ ALR, et al. Métodos contraceptivos: Principais riscos e efeitos adversos. Revista de Casos e Consultoria, 2021; 12(1): 1-17.
20. MARTINS HKP, et al. Práticas contraceptivas em universitárias. Revista Brasileira de Desenvolvimento, 2023; 12(7): [sem paginação específica].
21. MENDES ES, et al. Conhecimento, uso e não uso de métodos contraceptivos: um estudo transversal com universitários no norte do Brasil: métodos contraceptivos e universitários. Editoracientifica.com.br, 2022; 1: 71–86.
22. MORAES LP, et al. Análise do perfil das estudantes de uma universidade de Curitiba acerca do uso de métodos contraceptivos. Arquivos Médicos dos Hospitais e da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, 2020; [sem volume]: 1-13.
23. NOGUEIRA FJS, et al. Prevenção, risco e desejo: estudo acerca do não uso de preservativos. Revista Brasileira em Promoção da Saúde, 2018; 31(1): 1-8.
24. OKANO SH, BRAGA GC, VIEIRA CS. Cuidados reprodutivos para a pessoa transgênero – do planejamento gestacional ao puerpério: uma revisão narrativa. Femina, 2023; 51(4): 250-256.
25. OLSEN JM, et al. Práticas contraceptivas de mulheres jovens: inquérito domiciliar no Município de São Paulo, Brasil. Cadernos de Saúde Pública, 2018; 34: e00019617.
26. PEREIRA ALF, et al. Sexual and birth control health practices among female undergraduates: a descriptive study. Online Brazilian Journal of Nursing, 2014; 13(1): 25-35.
27. PERETO ANV, et al. Uso e conhecimento de métodos contraceptivos entre acadêmicas de medicina de uma universidade privada do Oeste do Paraná: uma análise da influência da educação sexual e reprodutiva. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, 2024; 10(6): 3522–3531.
28. ROJAS LA, OLIVEIRA EM, QUEMBA-MESA MP. Conhecimentos, atitudes e práticas do uso de métodos contraceptivos em mulheres em idade reprodutiva. Revista Ciência e Cuidado, 2023; 20(2): 51-65.
29. SILVA CDL, DE OLIVEIRA LV, VIANA GA. Avaliação panorâmica do uso de métodos contraceptivos entre estudantes universitárias. Graduação em Movimento - Ciências da Saúde, 2022; 1(3): 60-60.
30. SOUZA MS, et al. Anticoncepcionais hormonais orais e seus efeitos colaterais no organismo feminino: uma revisão integrativa. Journal of Education Science and Health, 2022; 2(2): 01-11.
31. TRINDADE RE, et al. Uso de contracepção e desigualdades do planejamento reprodutivo das mulheres brasileiras. Ciência & Saúde Coletiva, 2021; 26(supl. 2): 3493-3504.